

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.592.593 - SP (2019/0291429-4)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : **DAIDO INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA**
ADVOGADOS : **NELSON ESTEVES - SP042872**
 JOÃO ROBERTO PEREIRA MATIAS - SP286181
AGRAVADO : **ANTONIO MARIA DRUZIAN DE OLIVEIRA**
ADVOGADO : **PAULO CÉSAR DRUZIAN DE OLIVEIRA - SP157499**

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por DAIDO INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA., em face de acórdão assim ementado (fl. 620):

Responsabilidade Civil - Indenização - Motorista autônomo que sofre acidente ao descarregar material pesado - Atividade realizada de modo e em local inadequado - Demonstração de que o acidente (queda do caminhão) sucedeu por culpa do preposto da empresa destinatária da carga que, com a empilhadeira que operava, puxou a lona que cobria a carga e levou o autor a cair do caminhão, batendo o abdômen na carroceria e ir ao chão - Perda do baço, com as sequelas decorrentes da retirada desse órgão em cirurgia que se seguiu - Risco de padecimento de infecções no curso dos anos (não configuradas até a realização da perícia) - Capacidade laborativa não diminuída, contudo - Indenização por dano material, devida em virtude da perda de renda por dois meses de inatividade após o acidente e a cirurgia - Indenização por danos morais - Cabimento, em decorrência da natureza grave da lesão, qual seja a perda de órgão importante, a afetar física e psicologicamente a pessoa da vítima, dado o risco de infecções no curso dos anos, devido ao prejuízo causado ao sistema imunológico do organismo - Dano estético, a seu turno, que, no caso concreto, se subsume ao dano moral - Dano consistente em cicatriz de 17cm no sentido vertical do abdômen - Situação de pouca exposição no corpo da vítima, visível apenas em ambientes como praia e piscina - Lesão em grau mínimo, a ser levada em consideração no arbitramento da indenização por danos morais - Correção da indenização por danos materiais a contar da data do evento, e por danos morais, da data do arbitramento (Súmula 362 do STJ) - Juros

contados da data da citação (quanto aos danos materiais) e da data do evento, quanto aos danos morais (Súmula 54 do STJ) - Sucumbência carreada à requerida, nos termos do acórdão.

Apelo do autor parcialmente provido, não provido o da ré.

Os embargos de declaração opostos na origem foram acolhidos para esclarecer que "a indenização por dano material (e não moral, como escrito no acórdão), a que se refere o texto, deve ser corrigida desde a data do evento, acrescida de juros contados da citação para a causa" (fl. 649).

Nas razões do especial, a ora agravante alega violação dos arts. 333 do Código de Processo Civil/1973; 186, 944 e 945 do Código Civil, bem como dissídio jurisprudencial em relação ao entendimento adotado na Súmula 54/STJ. Argui que "a divergência nas provas não poderia levar a conclusão adotada pelo julgado recorrido" (fl. 660); que o valor da indenização pelo dano moral (R\$ 40.000,00 - quarenta mil reais) é exorbitante; e que os juros de mora devem incidir, tão somente, no momento do arbitramento do dano.

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

O Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, concluiu pela ocorrência dos danos materiais e morais, assim se pronunciando (fls. 625/630):

A versão do autor é verossímil, em contraste com a da ré.

Observando o que normalmente acontece, quando alguém escorrega ao pisar em piso molhado e liso, vai ao solo não de frente, quer dizer, em decúbito ventral, mas de costas, em decúbito dorsal. Cair de frente, sobre o abdômen, como se deu a queda em questão, exige tropeção, não escorregão. Cair em razão do desequilíbrio provocado por ser puxada lona sobre que se apoia é capaz de causar o embate com a lateral do abdômen e ir de cabeça ao solo. É queda imprevisível, e assim se o acidente.

Em Juízo, foram colhidos os depoimentos de duas das testemunhas arroladas pelo autor, Adriano Pereira da Silva (fls. 341/342) e Gustavo Romano de Oliveira Amador (fls. 343/344). Ele desistiu das demais (fls. 372). Não há provas por parte da ré, que se atrasou à audiência e não pode ouvir as testemunhas que arrolara. Buscou anulação do ato, mas a justificativa que ofertou não foi comprovada.

(...)

Não há, portanto, como ou porque afirmar que o evento se deu por culpa exclusiva da vítima, ou que ela tenha contribuído decididamente para o evento. Se a lona não tivesse sido puxada, por manifesto descuido ou imperícia do operador da empilhadeira, a queda não teria sucedido.

(...)

9. Reconhecido o dissabor e o infortúnio sofrido pelo autor, que foi submetido a cirurgia de porte razoável, com a extirpação do baço, é inegável exsurgir o direito do autor ao recebimento de indenização por dano moral, a que se soma a por dano estético, que àquela se subsume. Esses prejuízos são de natureza moral, afetando o pleno e livre desenvolvimento e exercício dos atributos da personalidade, ligados à vida em sociedade, que a vítima poderá em parte superar com o tempo, mas nunca dele se libertando inteiramente, porque marcada física e psicologicamente (já não tem o baço, o que traz preocupação, se não permanente, recorrente, com a possibilidade de infecções, dada a perda de imunidade), com leve prejuízo da aparência.

A análise das razões do recurso, a fim de demover o que concluído pela origem, demandaria inevitável reexame de matéria fática, procedimento que encontra óbice no verbete 7 da Súmula desta Corte.

No que tange ao valor da verba indenizatória por dano moral, o Tribunal de origem fixou o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com base nos fatos e provas dos autos e a revisão do julgado neste sentido fica obstada pela incidência do enunciado 7 da Súmula do STJ, eis que dependente de reexame de matéria fática da lide.

É certo que o Superior Tribunal de Justiça considera, excepcionalmente, cabível, em recurso especial, o reexame do valor arbitrado a título de danos morais, quando excessivo ou irrisório (AgRg no REsp 959.712/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe de 30.11.2009 e AgRg no Ag 939.482/RJ, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, DJe de 20.10.2008, entre outros). Observo, todavia, que a quantia arbitrada pelo Tribunal Estadual mostra-se dentro dos padrões da razoabilidade e proporcionalidade, não se mostrando desproporcional à lesão, de modo a ensejar sua alteração em grau de recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

No mais, quanto ao posicionamento desta Corte em relação ao termo inicial dos juros de mora, com a reserva de meu ponto de vista em sentido contrário, adoto o entendimento majoritário da Segunda Seção, sufragado no REsp 1.132.866/SP (julgado em 23.11.2011), segundo o qual no caso de indenização por dano moral puro decorrente de ato ilícito os juros moratórios fluem a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ).

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo e, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil/2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensas as exigibilidades em caso de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora